

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Senadores articulam novo projeto para privatização da Eletrobras	2
Título: Consumo de energia deverá ter alta em setembro, diz ONS	3
Título: Contrato entre Capitale e Casa dos Ventos cria novo cenário	5
Título: CVM decide suspender mais dois julgamentos envolvendo Petrobras.....	6
Título: CSN quer captar R\$ 10 bi com IPO de mineração.....	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Impasse marca destino de plataformas.....	9
Título: Petrobrás diz que busca ‘máxima segurança jurídica’	10
Título: Brumadinho nunca mais	12
Título: » Atentos.....	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: Nova lei do gás promete R\$ 60 bi em investimento e 4 milhões de empregos	14
Título: Donas de gasodutos não querem dinheiro de saúde e educação	17
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	18
Título: Privatização da Eletrobras nos planos do Pró-Brasil.....	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/08/2020****Seção: Política****Autor: Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília****Título: Senadores articulam novo projeto para privatização da Eletrobras**

O Palácio do Planalto avalia reformular o projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobras, como forma de reiniciar as discussões pelo Senado. O texto está “em construção” e seria apresentado por integrantes da base na Casa, em detrimento da proposta inicial, estacionada desde o ano passado na Câmara dos Deputados. A mudança de estratégia tem relação com a “pacificação” do tema entre os senadores.

A nova versão da proposta deve ter como base o projeto anterior, mas pode trazer algumas mudanças. Esses ajustes seriam feitos a partir das demandas do próprio Senado, com o objetivo de destravar sua tramitação.

Um dos envolvidos nessa negociação é o líder do MDB, senador Eduardo Braga (AM), que se reuniu, na segunda-feira com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**. Braga está cotado para assumir a relatoria do futuro projeto, caso as negociações, de fato, avancem no Congresso.

Segundo o parlamentar, a proposta começou a ganhar uma solução de algumas semanas para cá. "O Paulo [Guedes] conhece minhas ideias [para o projeto], quase todas elas. O Ministério de Minas e Energia (MME) também conhece. Acho que hoje esta é uma matéria bem mais pacificada em nível de MME e Ministério da Economia, mas isso é só uma parte. Tem outros players [na discussão]", disse. "O que posso dizer é que aquilo que estava paralisado ao longo do ano de 2019, paralisado no ano de 2020, parece que começa a se esboçar uma construção", emendou em conversa com jornalistas

Há algumas semanas, o **Valor** revelou que o governo sinalizou aos parlamentares concordância com a volta de uma “golden share” (ação especial com direito a veto em decisões estratégicas) da União e a criação de um fundo bilionário para a Região Norte como forma de destravar o andamento do projeto. O movimento foi essencial para a melhora do ambiente no Senado. As duas propostas são consideradas essenciais para quebrar as resistências de alguns parlamentares.

“Cá entre nós, os técnicos do MME concordam com isso [ajustes no texto] há muito tempo. Antes de fevereiro, alguns mais proativos no Ministério da

Economia já começavam a entender que esse era o caminho [para a aprovação]”, explicou Braga.

O senador disse que ainda não pode ser oficializado como relator porque isso depende de uma conversa com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que também era contra o projeto inicialmente. O emedebista adiantou, entretanto, que, com essas mudanças, tanto Alcolumbre como as bancadas do Norte e Nordeste tenderiam a votar favoravelmente ao projeto.

“A grande queixa do Davi [Alcolumbre] é que o Estado do Amapá é exportador de energia elétrica e tem problemas de investimento. Se eu fosse senador do Amapá eu estaria contra do mesmo jeito. Agora essa modelagem, como proposto [pelos senadores], cria mecanismos para resolver esses passivos que são críticos e crônicos”, afirmou. “Na hora em que você equaciona isso, os senadores deixam de ser contra, ninguém é contra por ser contra”, explicou.

A venda da estatal é uma das grandes prioridades na agenda de privatização e redução do Estado pelo governo e ganhou ainda mais relevância na estratégia pós-pandemia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/08/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Consumo de energia deverá ter alta em setembro, diz ONS

Depois de se manter abaixo dos patamares do ano passado desde o início da pandemia da covid-19, o consumo de energia elétrica vem dando sinais de recuperação no segundo semestre e deve manter, em setembro, a trajetória de alta, sinaliza o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O novo diretor-geral do órgão, Luiz Carlos Ciochi, conta ao **Valor**, no entanto, que ainda é cedo para se falar numa retomada sustentável e até mesmo em novos leilões de energia.

A recuperação ainda lenta da economia e o clima, por sua vez, sugerem um cenário favorável à manutenção da bandeira tarifária verde, ou seja, sem custos adicionais na fatura. Ciochi pondera que a equação da tarifa envolve diversos fatores, mas que, do ponto de vista dos reservatórios, a situação é “bastante tranquila e confortável”. “Não há nenhum motivo de preocupação com o atendimento eletroenergético do país em qualquer região”, afirmou.

Do lado da demanda, o ONS reportou, em julho, a primeira alta mensal na carga de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN), na comparação anual. Embora em junho o mercado já tivesse saído do fundo do poço, foi só no mês passado

que o consumo ultrapassou os níveis de 2019. A carga foi de 63.325 megawatts médios (Mwm) na ocasião, alta de 0,4% ante igual mês do ano passado.

Desde junho, tem havido um crescimento de consumo mês a mês. Em agosto, os dados preliminares do ONS indicam um aumento de 1,3% na carga, em relação a julho, e de 2,1% na comparação anual. “Setembro está apontando para um novo crescimento, mas na situação de hoje é um exercício de futurologia”, acredita Ciocchi.

O executivo destaca que a economia brasileira dá sinais de que está reagindo bem, mas ressalva que ainda é difícil saber se o crescimento é sustentável daqui para frente, diante das incertezas sobre a curva da pandemia.

Ex-presidente de Furnas, Ciocchi assumiu o ONS em maio, enquanto a demanda se deteriorava. Ele conta que, acostumado a administrar riscos de apagão, o operador se defrontou com uma situação extremamente oposta: uma contração sem precedentes da demanda por energia. “A queda da demanda, na velocidade e intensidade que aconteceu, foi um fato único. Essa queda obviamente não estava programada, não havia quem pudesse prever”, afirma.

Embora o país esteja longe dos momentos de estresse na oferta e dos riscos de apagão, Ciocchi comenta que a situação trouxe outra complexidade à operação. “Quando há um desbalanceamento [no SIN], há um problema de variação da tensão e frequência e temos que adaptar a malha, cortar uma carga ali, uma linha de transmissão acolá, para fazer com que a carga seja suficiente o bastante”, explicou.

A contração da demanda fez com que as projeções de carga fossem revistas. A previsão para 2020 é de queda de 3%, seguida de uma recuperação nos próximos anos. A expectativa é de alta de 4,3%, em 2021, 3,9% em 2022, 3,7% em 2023 e de 3,6% em 2024. Segundo Ciocchi, a perspectiva, porém, é que a carga seja atendida com “bastante tranquilidade e folga” dentro do horizonte. “Para falar de novos leilões de energia, é necessário aguardar um pouco mais, termos uma perspectiva mais sólida sobre a retomada econômica”, disse.

O executivo afirma que assumiu o ONS com a missão de tornar o operador, que completa hoje 22 anos, mais próximo da sociedade. Num passo seguinte, segundo ele, o órgão lançará um aplicativo em que o consumidor poderá acessar todos os dados do sistema elétrico a partir do celular. O desafio da gestão, disse, será transmitir à sociedade como a atuação do ONS interfere na vida das pessoas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/08/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Contrato entre Capitale e Casa dos Ventos cria novo cenário**

A comercializadora Capitale Energia acaba de fechar um PPA (contrato de compra e venda de energia) de longo prazo com a Casa dos Ventos, uma das maiores desenvolvedoras de projetos eólicos do país. O acordo prevê o fornecimento de 13 megawatts (MW), por um prazo de 10 anos, a partir de uma das sociedades de propósito específico (SPEs) do complexo eólico Rio do Vento, que está sendo desenvolvido pela Casa dos Ventos no Rio Grande do Norte. O valor do contrato não é revelado.

Segundo Daniel Rossi, sócio fundador da Capitale, o PPA representa um marco para comercializadoras “independentes”, que não estão vinculadas a grandes grupos do setor elétrico, como é o caso da Capitale. Isso porque o contrato ajudou a compor o financiamento do projeto da Casa dos Ventos - algo que seria impensável há dois anos, afirma.

“No mercado financeiro, a estrutura de comercialização sempre foi vista como de alto risco associado. Até pouco tempo atrás, os PPAs das comercializadoras não eram enxergados como sólidos, não eram financiáveis. Então, um grupo de agentes relevantes, sérios, começou um trabalho para mudar essa percepção, investindo para fortalecer o patrimônio líquido e a governança das empresas”, diz Rossi. Segundo ele, a empresa já está em negociações com outros geradores renováveis para novos acordos do tipo, e o próximo contrato deve envolver um empreendimento solar.

Com investimentos de R\$ 2,4 bilhões, o Rio do Vento terá oito parques eólicos, com potência total de 504 MW e expansão já planejada para uma segunda fase. Apenas uma pequena parte da energia do complexo foi vendida no ambiente regulado (ACR): o principal foco está na venda ao ambiente livre (ACL), por meio de PPAs com consumidores de médio e grande porte.

A desenvolvedora já tem contratos assinados com Vale, Anglo American, Vulcabrás, Tivit e grupo Moura, num modelo que permite às companhias adquirir uma fatia societária dos parques, tornando-se autogeradores. Para complementar essa estratégia, foi montado um portfólio de contratos com algumas comercializadoras independentes de “primeira linha” - é o primeiro projeto da Casa dos Ventos a contar com essa complementação.

Na visão de Rossi, o acordo abre caminho para novas oportunidades para as comercializadoras independentes e também reforça o protagonismo recente do ACL na expansão do parque gerador nacional no futuro. Historicamente, o mercado regulado (ACR) foi o motor de crescimento da matriz elétrica brasileira. Para viabilizar a implantação de novas usinas, os geradores fechavam contratos de longo prazo nos leilões, tendo as distribuidoras de energia como contrapartes - nessas operações, o risco de crédito é praticamente nulo. Apenas as sobras dos contratos eram destinadas ao mercado livre.

Fundada em 2010, a Capitale Energia pertence aos sócios fundadores Rafael Mathias e Daniel Rossi. O faturamento anual da comercializadora supera os R\$ 800 milhões e sua carteira é composta de clientes de “atacado” e de “varejo” (menor porte).

A comercializadora sofreu com a forte queda do consumo de seus clientes devido à pandemia. O pior momento foi em abril, quando a redução média do consumo chegou a 45%. Para evitar o rompimento de contratos, a Capitale partiu para renegociações e ofereceu apoio aos clientes, tendo que desembolsar R\$ 15 milhões. Apesar das dificuldades, o consumo dos clientes já retornou a níveis pré-pandemia. A empresa prevê encerrar o ano com aumento de participação de mercado e estabilidade da margem líquida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol — Do Rio

Título: CVM decide suspender mais dois julgamentos envolvendo Petrobras

O último dos cinco julgamentos citando a petroleira marcados para esta semana continua nesta quarta-feira

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) suspendeu mais dois julgamentos de casos envolvendo as denúncias de corrupção relacionadas à Petrobras por causa dos pedidos de vista da diretora Flávia Perlingeiro. O último dos cinco julgamentos citando a petroleira marcados para esta semana foi iniciado ontem, mas a leitura do voto do relator Henrique Machado ficou marcada para hoje, a partir das 14h.

Um dos processos analisa como foram conduzidos os testes que poderiam ter levado a baixas contábeis (“impairment”) no valor dos investimentos feitos em ativos de da Petrobras, em especial a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Após a deflagração da operação Lava-Jato, a Petrobras reconheceu baixas contábeis de R\$ 44,6 bilhões

nas demonstrações financeiras de 2014 - quase R\$ 30 bilhões referiram-se às unidades de Abreu e Lima e Comperj. Foi a partir daí que a área técnica da CVM começou a analisar o assunto, e apontou irregularidades de 2010 a 2014. E acusou 40 executivos, de administrações diferentes da petroleira.

O diretor Henrique Machado, relator do caso, entendeu que houve infrações nos anos de 2010 e 2012, com relação aos testes em Abreu e Lima. Para Machado, deveriam ser responsabilizados oito executivos que atuavam na companhia nestes período, sugerindo nove multas de R\$ 150 mil cada, em um total de R\$ 1,35 milhão.

No rol de condenações elencadas no voto estão os ex-presidentes José Sérgio Gabrielli e Maria das Graças Foster, além do ex-diretor financeiro Almir Barbassa, e dos ex-diretores de abastecimento Paulo Roberto Costa e José Carlos Cosenza. O diretor também votou pela condenação de conselheiros de administração que em 2012 compunham o comitê de auditoria da Petrobras - Francisco Roberto de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella e Josué Christiano Gomes da Silva. Para os demais acusados, Machado votou pela absolvição.

Com o pedido de vista de Flávia, o julgamento deverá ser remarcado, mas não há definição. A diretora fez o mesmo no segundo caso que começou a ser julgado ontem. O processo analisa os trabalhos de auditoria da KPMG e dois sócios nas demonstrações financeiras da Petrobras de 2009 a 2011. O voto de Machado acatou parte das acusações. O julgamento de hoje é relacionado a atuação da PwC e um sócios nos balanços de 2021 a 2014.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/08/2020

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo

Título: CSN quer captar R\$ 10 bi com IPO de mineração

Em uma operação discutida há quase uma década, a siderúrgica CSN decidiu dar prosseguimento à ideia da oferta pública inicial de ações (IPO) de sua unidade de mineração. Conforme antecipado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de notícia em tempo real do **Valor**, a companhia já contratou os bancos Bank of America, XP Investimentos, BTG Pactual e Morgan Stanley para coordenar a operação. A CSN quer levantar R\$ 10 bilhões na oferta, conforme duas fontes.

A CSN Mineração é a segunda maior exportadora de minério de ferro do país e detém as minas de Casa de Pedra e do Engenho, o complexo de beneficiamento do Pires, uma participação na ferrovia MRS e um terminal cativo no Porto de

Itaguaí. Nessa companhia, a CSN tem um consórcio de siderúrgicas asiáticas como sócio minoritário, com 12,48% do negócio.

Na última teleconferência com analistas sobre resultados, a CSN informou que estudava essa possibilidade novamente, mas ainda não tinha dado um passo concreto para a oferta. Em discussões em anos anteriores, a companhia também não tinha chegado a contratar um sindicato de bancos. Ontem, após a publicação da notícia no Valor PRO, as ações da companhia inverteram queda de 2,2% e fecharam em alta de 2%.

A listagem é uma alternativa para levantar capital e reduzir a alavancagem financeira da CSN. A companhia já vinha negociando venda de subsidiárias e contratos de fornecimento de minério de longo prazo, com o intuito de melhorar sua estrutura de capital, mas ainda sem alcançar a meta de alavancagem. A maior preocupação de investidores sobre o negócio de mineração é em relação à segurança e manutenção da barragem de rejeitos em Congonhas, no interior de Minas Gerais, tema que provavelmente será abordado nas reuniões com investidores. A oferta está inicialmente prevista para ocorrer no quarto trimestre.

O IPO da CSN Mineração integra o rol de “megaofertas” da pandemia, em que as companhias aproveitam seus históricos consolidados, excesso de liquidez no mercado e juros baixos para fazer operações bilionárias. Dentre as ofertas de grande porte a caminho da bolsa estão também as listagens de Havan, Compass e Grupo Mateus, as três antecipadas pelo **Valor**, e da Caixa Seguridade.

A varejista catarinense Havan também quer levantar R\$ 10 bilhões e chegar à bolsa avaliada em quase R\$ 100 bilhões. A Havan já tem feito reuniões com investidores para apresentar seu plano de negócios e tem nove coordenadores. É acima de uma dezena de bilhões também a estimativa da Caixa para captação na listagem de sua subsidiária de seguros. O supermercadista Grupo Mateus, já com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vai tentar levantar cerca de R\$ 5 bilhões, montante semelhante ao que busca a Compass, controlada de gás e energia da Cosan, também com prospecto preliminar protocolado.

Já fizeram grandes ofertas subsequentes durante a pandemia a Lojas Americanas, com R\$ 7,9 bilhões; a Rumo, que levantou R\$ 6,4 bilhões, e a Via Varejo, com R\$ 4,5 bilhões. Antes da crise, em fevereiro, o follow-on da Petrobras movimentou R\$ 22 bilhões, com venda de ações detidas pelo banco de fomento BNDES.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 26/08/2020****Seção: Economia****Autor: André Borges / BRASÍLIA****Título: Impasse marca destino de plataformas**

Petrobrás e Ibama não chegam a acordo sobre que normas ambientais devem ser aplicadas para desativação de 18 unidades marítimas

Com 18 plataformas marítimas de petróleo e gás para desativar até 2024, a Petrobrás não consegue chegar a um acordo com o Ibama sobre que normas ambientais devem ser aplicadas nessas operações de desmonte, uma empreitada que tem previsão de custar US\$ 6 bilhões para a petroleira, cifra hoje equivalente a mais de R\$ 33 bilhões. Depois de mais de 25 anos sugando petróleo do fundo do mar, essas plataformas precisam agora ser “descomissionadas”, termo usado no setor para se referir ao desmonte das estruturas.

Esse trabalho já está previsto no planejamento da Petrobrás. A forma como cada uma dessas desativações será feita, porém, está longe do consenso, por causa de suas implicações ao meio ambiente, riscos e custos associados ao processo. O ponto central do conflito hoje está em estabelecer, para cada caso, se a melhor opção é retirar tudo que foi instalado, deixar parte da estrutura no fundo do mar ou até mesmo não retirar nada.

O Estadão teve acesso a notas técnicas, relatórios e cartas trocadas desde o ano passado entre Petrobrás, Ibama, Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) sobre o assunto. No fim de 2019, o Ibama chegou a apresentar uma extensa lista de referências internacionais e brasileiras, com o propósito de mostrar que há regulações de referência para que se chegue a uma norma definitiva para o desmonte das plataformas.

O material, porém, não foi bem recebido pela Petrobrás. “Embora se trate de um documento ‘técnico’, as premissas nele estabelecidas têm como referencial a interpretação de diversas normas jurídicas”, declarou a empresa. Em paralelo, a Petrobrás pediu ainda que a Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama encaminhasse o tema para manifestação da Procuradoria Federal do órgão.

Em síntese, a Petrobrás quer que o Ibama avalie, caso a caso, o desmonte das plataformas, sem impor uma “alternativa padrão”, que priorizaria a retirada geral dos equipamentos, sendo as demais situações uma exceção. A companhia pediu ainda que seja desobrigada a adotar alternativa de destinação que imponha “ônus excessivos” ou riscos adicionais à segurança de pessoas.

Um terceiro pedido é que o processo se dê em três etapas, com uma autorização ambiental para plataforma, outra para as instalações submarinas e outra para o fechamento e abandono definitivo dos poços. Isso traz mais segurança e reduz custos, diz a empresa.

Parecer. Três semanas atrás, a área técnica do Ibama enviou um parecer à coordenação de licenciamento do próprio órgão ambiental, com apontamentos sobre cada uma das alegações da Petrobrás. No documento, de 31 de julho, a equipe afirma que nunca quis impor uma regra geral para tudo e que o desmonte deve ser analisado caso a caso. Isso não significa, porém, que diferentes fases não possam ocorrer ao mesmo tempo. Os técnicos refutam que estejam fazendo interpretação de regras e dizem que, como órgão de fiscalização, o Ibama tem a função de cumprir regras, e não de elaborá-las.

“O operador (Petrobrás) se permite chegar à cessação de produção sem se preparar adequadamente, sem um plano do que fazer. Com o fato consumado, acaba tentando inverter o ônus das providências necessárias, esperando que o órgão ambiental, como que refém de decisões que não foram suas, mas do operador, assuma para si a responsabilidade de aprovar qualquer projeto, em nome da redução de riscos ambientais”, afirma o Ibama, em sua informação técnica.

Em sua conclusão, a nota informativa afirma que a argumentação da Petrobrás “é frágil, do ponto de vista técnico e tenta se sustentar sobre conceitos errôneos, cenários fantasiosos, interpretações peculiares, deduções rasas e conclusões artificiais”. O documento conclui ainda afirmando que “se percebeu um esforço em criar uma narrativa de vitimização da empresa frente à atuação dos técnicos do órgão ambiental licenciador, que demonstra desconhecer, não apenas criando versões distorcidas dos fatos, mas chegando a alterar a verdade do que ocorre”.

Sobre as afirmações, a Petrobrás declarou que “não foi notificada formalmente pelo Ibama sobre esse posicionamento”. A empresa declarou que “defende que as ações de descomissionamento visem sempre ao menor impacto sob o ponto de vista ambiental, social, técnico, de riscos operacionais e econômicos”. O Ibama não respondeu ao pedido de entrevista da reportagem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/08/2020

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Petrobrás diz que busca ‘máxima segurança jurídica’

Com colaboração da Marinha e do Ibama, ANP publicou em abril resolução que trata do destino de plataformas

A Petrobrás informou que sua decisão de acionar a Procuradoria Federal do Ibama para tratar da desativação de plataformas tem o objetivo de “esclarecer interpretações e respectiva aplicação das normas jurídicas relacionadas ao tema descomissionamento, buscando a máxima segurança jurídica no tratamento do assunto”. Dentro do Ibama, porém, esse já seria o caminho natural do processo.

A empresa reafirmou seu entendimento de que as análises de descomissionamento devem ser realizadas caso a caso, avaliando as diversas alternativas de destinação (remoção total, remoção parcial e permanência integral). “A companhia tem empreendido esforços para a construção do melhor conhecimento técnico e científico sobre o tema, buscando dialogar com as diversas partes interessadas para a construção de metodologias que permitam a identificação de soluções que tragam os menores impactos e riscos ao meio ambiente e às pessoas”, afirmou.

Sobre o desmonte por etapas, a petroleira declarou que as atividades de desmobilização das plataformas, abandono de poços e destinação do sistema submarino (dutos e equipamentos submarinos) podem ser avaliados em separado e que isso “não traz prejuízo para a avaliação dos impactos envolvidos”.

Resolução. Na tentativa de avançar com o normativo ambiental, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) publicou em abril resolução que trata do descomissionamento de instalações de exploração de petróleo e gás natural. O texto foi elaborado com a colaboração da Marinha e do Ibama. A regra ajuda a avançar no tema, mas a fiscalização de todo o processo de desmonte e avaliação de impacto ambiental são atribuições exclusivas do Ibama.

A ANP declarou que a resolução adota padrões modernos de outros países e “técnicas de comparação de alternativas, estabelecendo prazos compatíveis com o mercado para apresentação dos projetos e valorizando a transparência de forma a manter informada a sociedade e os prestadores de serviços necessários a execução das atividades”.

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) afirmou que, embora a resolução tenha sido recentemente publicada, “verifica-se que há oportunidade de melhoria, evitando a padronização ou definição de casos base, seguindo as melhores práticas internacionais”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 26/08/2020****Seção: Notas e Informações****Autor:****Título: Brumadinho nunca mais**

A mineração é reconhecida como uma atividade essencial para a consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, a demanda por minérios tem elevado o volume de rejeitos gerados na produção, aumentando os riscos de rompimento de barragens. O colapso das instalações de Mount Polley no Canadá, em 2014, e de Mariana, em 2015, chocaram o mundo. Em 2019, Brumadinho, com seu rastro de mais de 250 mortos, foi a gota d'água. Logo depois, um convênio entre o Programa Ambiental da ONU, o Conselho Internacional sobre Mineração e Metais e a organização Princípios para o Investimento Responsável ativou um processo independente para a produção do primeiro Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos.

Lançado no dia 5 de agosto após uma série de consultas públicas e contribuições multidisciplinares de especialistas de todo o mundo, o Padrão cobre todo o ciclo de vida das barragens – da seleção, projeto e construção, passando pela gestão e monitoramento, até o fechamento e pós-fechamento. “Com ambição de risco zero para as pessoas e o ambiente, o Padrão eleva significativamente o marco para a indústria a fim de atingir robustos resultados sociais, ambientais e técnicos”, explica a ONU. “Ele eleva a responsabilização para os níveis organizacionais mais altos e acrescenta novos requisitos para a supervisão independente.”

O Padrão cobre seis tópicos-chave, subdivididos em 15 princípios e 77 requisitos auditáveis. Primeiro, o foco nas pessoas afetadas pelo projeto. Estas pessoas têm o direito de se engajar em deliberações sobre o que as afeta ao longo de todo o processo operacional das barragens. O documento apresenta protocolos aptos a desenvolver e manter diligências necessárias para identificar as comunidades diretamente afetadas e interagir com elas. O segundo tópico exige que os operadores desenvolvam conhecimentos sobre o contexto local social, econômico e ambiental.

Com base nesse conhecimento, o terceiro tópico estabelece critérios para aprimorar o desempenho no projeto, construção, operação, manutenção, monitoramento e fechamento das instalações a fim de minimizar os riscos. O tópico quatro foca na gestão e governança, estabelecendo critérios para a responsabilização de figuras-chave na administração das barragens, assim como

para processos de avaliação essenciais para manter a integridade das instalações ao longo de seu ciclo de vida.

Isso inclui a “colaboração interfuncional e o desenvolvimento de uma cultura organizacional que seja receptiva à identificação de problemas e proteja os denunciadores das irregularidades (whistle-blowers)”. Os tópicos cinco e seis cobrem as obrigações dos operadores em relação à preparação e resposta em casos de acidente e às exigências de transparência a respeito de informações críticas para a prestação de contas públicas sobre as instalações.

A fim de implementar o novo Padrão, a ONU apoiará os governos que quiserem incorporá-lo em suas políticas e legislações, e a Princípios para o Investimento Responsável – a principal organização global na área, representando US\$ 103,4 trilhões em ativos – desenvolverá as expectativas de investimento para apoiar as mineradoras. As empresas-membros do Conselho sobre Mineração se comprometeram a conformar todas as suas instalações com consequências potenciais “extremas” ou “muito altas” em três anos, e todas as demais em cinco anos.

O Brasil, mais do que qualquer outro país, tem a obrigação de se comprometer plenamente com esta iniciativa. O último levantamento da Agência Nacional de Águas mostra que a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, de 2010, caminha a duras penas: a classificação das mais de 17 mil barragens cadastradas (cerca de 5 mil consideradas de alto risco) está longe de ser completada, a fiscalização opera praticamente às cegas e, por conseguinte, os processos de correção das irregularidades são incipientes. Além das reparações legais, não há tributo maior a ser rendido às vítimas de Brumadinho que impedir que qualquer outra pessoa padeça do mesmo destino.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/08/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES, ANNE WARTH E CYNTHIA DECLOEDT

Título: » Atentos.

Coluna do Broadcast

Previsto para ser votado hoje na Câmara dos Deputados, o novo marco de gás ressuscitou discussões sobre o tema no Amazonas, dono das maiores reservas em terra no País. Uma lei que abre o mercado no Estado foi aprovada pela Assembleia Legislativa em abril, mas vetada pelo governador Wilson Lima. A medida gerou rebelião entre os deputados estaduais: a pauta ficou mais de dois meses trancada, sem votação. Após acordo com o Legislativo, o veto foi

mantido, mas o governador se comprometeu a enviar uma proposta para rever a legislação até o início de setembro.

» Dívida. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Josué Neto (PRTB), disse que vai cobrar o cumprimento da promessa a partir da próxima semana. A Coluna procurou o governo do Amazonas para checar a previsão de envio, mas não obteve retorno.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/08/2020

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack, Danielle Brant e Isabella Macedo

Título: Nova lei do gás promete R\$ 60 bi em investimento e 4 milhões de empregos

Congresso pode retomar hoje projeto que abre o mercado e acaba com monopólio da Petrobras

Brasília - Com atraso de quatro anos, o Congresso dará agora passos decisivos para a abertura do mercado do gás. As discussões do projeto que definirá as regras do novo marco regulatório poderão ser retomadas nesta quarta-feira (26).

A proposta prevê o fim do monopólio da Petrobras. Há ainda a previsão de criação de 4 milhões de empregos ao longo de cinco anos e investimentos de, ao menos, R\$ 60 bilhões, de acordo com o setor.

O projeto faz parte de um pacote de medidas defendidas pelo governo Jair Bolsonaro para atrair investimentos no pós-pandemia da Covid-19, gerar empregos e modernizar os serviços públicos.

A primeira investida foi o novo marco do saneamento, já aprovado pelo Congresso. Há ainda medidas de atualização das regras do setor elétrico.

A proposta para o gás só deslançou após um acordo assinado no ano passado por Petrobras e Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O órgão é o regulador da livre concorrência no país.

A principal exigência do acordo foi a redução da participação da petroleira no mercado de gás por meio da venda de empresas de transporte, inclusive o gasoduto Brasil-Bolívia, e da alienação de participações em distribuidoras estaduais.

O acordo foi a única alternativa para que a Petrobras evitasse ser punida por práticas anticompetitivas. Havia processos em andamento no Cade. Por causa do acerto, eles foram congelados.

Antes do acordo, as indústrias praticamente adquiriam gás somente da Petrobras. A maior parte das empresas ainda tem contratos válidos com a Petrobras até 2021. A lei porá fim à exclusividade.

Assim como no caso do projeto do saneamento, o Congresso quis assumir a liderança na condução de uma medida que, se levada adiante — a derrubada do monopólio —, permitirá a grandes consumidores comprar gás dos fornecedores que oferecerem melhores preços.

O custo do gás, segundo o preço de referência da ANP (Agência Nacional de Petróleo) em julho, é de R\$ 1,67 por metro cúbico — um dos mais elevado da história. O combustível é matéria-prima de segmentos como siderurgia, vidros e fertilizantes e ainda move usinas geradoras de energia.

Segundo a Abrace (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia), os valores estão entre os mais altos do mundo, o que, na prática, inviabiliza o consumo do combustível. Por isso, usam até o diesel, mais poluente.

Se as novas regras forem aprovadas, estima-se que haverá uma queda de 30%, em média, no preço.

A queda deve ocorrer com o aumento da competição, uma vez que o novo marco porá fim ao regime de concessão — que previa leilões — no segmento e passará a exigir das empresas interessadas na construção de gasodutos apenas autorização da ANP

Além disso, garantirá o livre acesso de todas as empresas aos gasodutos. Por essa lógica, ganhará mercado quem tiver o melhor preço.

Os investimentos previstos irão assegurar projetos de expansão de infraestrutura de transporte, escoamento e armazenamento do gás. Os empregos resultariam desses aportes no setor.

No Congresso, o avanço do projeto ocorre também após negociações para vencer o principal foco de resistência. Governadores pressionaram bancadas em defesa das distribuidoras, únicas fornecedoras, que, com competidores, poderão perder mercado.

Hoje, a Constituição estabelece que o serviço compete aos estados. Se o texto for aprovado, concessionárias de distribuição em dutos poderão terceirizar serviços para empresas que queiram instalar a infraestrutura.

Caberá à ANP regular e fiscalizar o acesso de terceiros a gasodutos. Para técnicos do **Ministério de Minas e Energia**, isso garantirá aos novos entrantes condições equânimes de competição.

“Essa abertura deve estimular a competição e viabilizar o uso das usinas térmicas a gás”, disse Paulo Pedrosa, ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia e hoje presidente da Abrace.

Segundo Luiz Costamilan, secretário-executivo de Gás do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), a lei aumenta a liberdade do consumidor. “O projeto introduz a competição, permitindo aos grandes consumidores escolher seu fornecedor.”

O projeto, porém, enfrenta resistência da oposição. Uma das principais se refere ao dispositivo que transfere para a ANP a competência para fazer a regulação — ditar normas e fiscalização — do setor.

Controlador de distribuidoras em unidades da Federação onde ainda não há gás, como o Distrito Federal e Rondônia, Suarez diz que já investiu R\$ 600 milhões em quatro projetos de gasodutos, mas não conseguiu viabilizar nenhum pela falta de mercado.

Um deles ligaria São Carlos (SP) a Brasília, projeto que recebeu licença ambiental em 2010, mas não saiu do papel. “Os gasodutos no Brasil foram construídos com garantia da Petrobras, que controlava distribuidoras e se comprometia a comprar o gás, mas isso hoje não acontece mais.”

Para a Cosan, dona da Comgás, o fundo ajudaria a financiar uma rota privada ligando o pré-sal ao litoral de São Paulo. Hoje, as rotas que trazem gás das plataformas são controladas pela Petrobras.

Representante dos operadores dos três grandes gasodutos de transporte em operação no país, a Atgás (Associação das Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasodutos) diz, por outro lado, que o setor é capitalizado e tem condições de investir com recursos próprios.

“As associadas trabalham em projetos que sejam economicamente viáveis e que não sejam dependentes de nenhum tipo de recurso extra”, disse o presidente da Atgás. Segundo ele, o setor já mapeia dez projetos de expansão com investimentos entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões.

As associadas da Atgás são controladas pela francesa Engie, pela canadense Brookfield e pela Petrobras. As duas primeiras chegaram ao setor após a compra de duas redes de gasodutos da estatal: a TAG (que opera nas regiões Norte e Nordeste) e a NTS (Nova Transportadora do Sudeste). A terceira

associada é a TBG (Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil), ainda controlada pela Petrobras, mas a caminho da privatização, respeitando acordo com o Cade que prevê a desverticalização do setor de gás natural. A direção da petroleira também já se manifestou de forma contrária ao Brasduto.

Procurada, a Cosan não comentou o assunto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/08/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Donas de gasodutos não querem dinheiro de saúde e educação

Rio de Janeiro - A criação de um fundo bilionário com recursos do pré-sal para a construção de gasodutos no país opõe as empresas nacionais que operam na distribuição de gás canalizado às multinacionais que assumiram a malha de transporte do combustível no país no processo de saída da Petrobras do setor.

As primeiras defendem a necessidade de incentivos para levar as tubulações a regiões com mercados ainda incipientes, enquanto as últimas dizem que há recursos privados disponíveis para projetos com viabilidade econômica.

O fundo foi aprovado pelo Senado, dentro de um projeto de lei que trata do risco hidrológico do setor elétrico, mas há um acordo para veto com o presidente Jair Bolsonaro. Foi incluído no projeto como um “jabuti” com apoio de dois dos maiores grupos nacionais do setor de distribuição, a Cosane e Termogás, do empresário Carlos Suarez.

A proposta é alvo de muitas críticas no setor de energia e tem oposição também do ministro da Economia, Paulo Guedes. Por outro lado, seus defensores têm grande base de apoio no Congresso. Dono da Cosan, o empresário Rubens Ometto foi o maior doador individual para campanhas políticas nas últimas eleições.

O fundo ficou conhecido como Brasduto e, na prática, transfere para a construção de gasodutos dinheiro carimbado para educação e saúde. A proposta prevê o uso de 20% dos recursos para esse fim, o que representaria algo em torno de R\$ 16 bilhões em dez anos, segundo projeções de técnicos da Câmara, mas podendo chegar perto de R\$ 100 milhões, segundo cálculos do mercado.

Os defensores da ideia argumentam que o dinheiro permitiria desenvolver novos polos consumidores no mercado, hoje concentrado no litoral e na área de

influência do gasoduto Bolívia-Brasil, que leva a produção boliviana até a região Sul, passando por Mato Grosso do Sul e São Paulo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/08/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Privatização da Eletrobras nos planos do Pró-Brasil

O megapacote de medidas sociais e econômicas Pró-Brasil, que o governo chegou a anunciar que lançaria ontem e depois voltou atrás, poderia trazer um jabuti: a privatização da Eletrobras. Aprovada pelo conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em 2017, a desestatização da maior companhia de energia elétrica da América Latina patina desde então. No Congresso, a aprovação encontra forte resistência, por isso, entre as estratégias de tentar emplacar a capitalização da Eletrobras até diluir a participação majoritária da União, o governo estuda inverter a tramitação nas casas legislativas e iniciar o processo pelo Senado. Para os especialistas, nenhuma das alternativas será capaz de privatizar a Eletrobras em 2020.

O texto oficial do governo tramita na Câmara dos Deputados. A expectativa do **Ministério de Minas e Energia (MME)** era de que a capitalização rendesse R\$ 16 bilhões aos cofres públicos. Porém, a exigência dos parlamentares, de a União manter uma golden share (ação especial com poder de veto) para aprovação do projeto, reduz o valor da companhia.

Segundo Mário Menel, presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), houve um movimento do MME para incluir dispositivos no PL nº 5877/2019, em análise na Câmara, para facilitar sua aprovação. “O que eu temo é que o custo de aprovar seria grande, ao colocar golden share e fundos de recursos hídricos para a região Norte, com resultado pequeno. Porque tudo isso será deduzido dos R\$ 16 bilhões”, explicou. O PL não continha a golden share, lembrou Menel. “Mas houve movimento de parlamentares condicionando isso à aprovação e o governo estaria disposto a voltar atrás, mas isso diminui o valor de mercado da empresa.”

Na opinião de Fabio Izidoro, sócio da área de infraestrutura do Miguel Neto Advogados, embora a desestatização da Eletrobras seja aguardada pelo mercado, colocá-la no Pró-Brasil poderia ser um tiro no pé. “As últimas movimentações legislativas nas quais o governo tentou colocar jabuti à força não deram certo. O Congresso sente-se ofendido. Só funcionaria com uma costura política muito perfeita, o que eu acho difícil neste momento”, avaliou.

Segundo Izidoro, o governo quer reduzir o déficit fiscal com a privatização da Eletrobras. “Mas, fazer algo tão delicado com pressa e resistência política, é muito complicado. Além disso, não sei se o governo tem claro o modelo que quer. Precisa definir isso. Já chegou a cogitar privatizar subsidiárias, porque não precisaria de aprovação”, lembrou. O especialista também ressaltou que iniciar a tramitação pelo Senado talvez não seja uma boa estratégia.

“Matematicamente pode parecer mais fácil convencer 81 senadores do que centenas de deputados, mas o Senado derrubou o veto presidencial sobre reajuste de servidores”, recordou.

Rebuliço

Maurício Zockun, sócio do Zockun & Fleury Advogados, disse que o governo está requeitando o projeto. “No fundo, não tem nada de novo. Lá no início, quando a privatização foi inserida no PPI, em 2017, o governo previa golden share. Em 2018, um pregão chegou a ser iniciado para contratar pessoas e fazer modelagem. O PL 5877 foi uma tentativa de viabilizar a alienação, sem golden share”, enumerou. “Colocar no Pró-Brasil para tentar desestatizar sem autorização legal é só para criar rebuliço”, opinou.

Apesar de não considerarem possível a aprovação ainda em 2020, os especialistas e o presidente do Fase concordam que há necessidade de privatizar a Eletrobras. Alexei Vivan, presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE) ressaltou que a empresa precisa de injeção de capital e o governo está sem dinheiro. “O Estado brasileiro não tem mais capacidade de investir, e alguns setores da economia têm condições de financiar isso para que a Eletrobras exerça, na integralidade, a sua função e importância que tem no setor elétrico do país”, disse.

Lei do Gás na pauta da Câmara

Inicialmente marcada para ontem, a votação do Projeto de Lei (PL) 6.407/2013, a chamada Lei do Gás, ficou para hoje. A expectativa dos especialistas e dos agentes do setor é positiva para aprovação da proposta. Estimativa do Ministério do Meio Ambiente (MME) é de que, além do aumento da arrecadação, os investimentos gerados pelo PL serão de R\$ 32,8 bilhões em nova infraestrutura. Luiz Costamilan, secretário executivo de gás natural e biocombustíveis do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), está otimista. “Há uma percepção que o PL ajuda o Brasil. Mesmo posições que estavam contrárias, por questões ideológicas, se tornaram favoráveis. Há um senso de urgência. Não temos tempo a perder”, afirmou. Segundo o especialista, o projeto é importante porque estabelece competição onde existia um único fornecedor. “O setor terá estabilidade jurídica para atração de investimentos”, disse. (SK)

CAPAS DE JORNAIS



O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM
1875JULIO MESQUITA
(1864 - 1947)

Quarta-feira 26 DE AGOSTO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46334

estadão.com.br

Violência racial causa protestos nos EUA

Milhares protestam nos EUA por justiça para Jacob Blake, negro gravemente ferido a bala, pelas costas, por policiais em Kenosha (foto), no Estado de Wisconsin.

INTERNACIONAL / PÁG. A12

**NA QUARENTENA****VIAJAR EXIGE BOM MOTIVO E SORTE**

Maioria dos países só está recebendo brasileiros em viagens essenciais. PÁGS. H1 e H2

Jornal do Carro**COMO ANDA A JAC T8 ELÉTRICA**

Testamos a picape que já está à venda no País por R\$ 289,9 mil. PÁG. 10

**Alcolumbre e Maia buscam saída jurídica para tentar reeleição**

Ambos têm conversado com Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do Supremo

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mantêm conversas com ministros do Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de obter uma saída jurídica para que possam concorrer à reeleição em fevereiro de 2021. Pelas regras em vigor, a reeleição só é permitida em legislaturas diferen-

● **Senado aprova Fundeb**
Aporte do governo vai crescer R\$ 17 bilhões em 2021 e investimento por aluno deve subir 50%. METRÓPOLE / PÁG. A15

tes. A movimentação marca uma mudança na postura de Maia. De acordo com interlocutores, o presidente da

Câmara admite disputar o quarto mandato se for aclamado por líderes de partidos e tiver apoio, ainda que informal, do governo. Nos bastidores, os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes têm ajudado os dois parlamentares, que estiveram em São Paulo há uma semana para um jantar com Moraes. POLÍTICA / PÁG. A4

Benefício a R\$ 300 afetaria dedução do IR, diz Guedes

Para que o benefício médio pago pelo programa Renda Brasil chegue a R\$ 300, como quer Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que será necessário cortar deduções de saúde e educação do Imposto de Renda da Pessoa Física. O valor médio pago pelo Bolsa Família é de R\$ 190. Guedes propôs elevar para R\$ 247. ECONOMIA / PÁGS. B1 e B4

● **Casa Verde e Amarela**
Novo programa habitacional tem foco no Norte e no Nordeste e mira 1,6 milhão de famílias de baixa renda. PÁG. B6

STF invalida sentença de Moro no caso Banestado

A 2ª Turma do STF anulou sentença do então juiz Sérgio Moro no caso Banestado, que apurou evasão de divisas. Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski viram parcialidade. Edson Fachin e Carmen Lúcia votaram pro-Moro. O empate favoreceu o condenado. A 2ª Turma vai julgar suspensão de Moro em processo que condenou o ex-presidente Lula. POLÍTICA / PÁG. A8

● **PowerPoint**
Conselho do MP decidiu não punir o procurador Deltan Dallagnol, após pedido do ex-presidente Lula. PÁG. A8

O AGRO EM ALTA SEM DESMATAR

Não somente as ONGs têm pressionado por controle ambiental. A iniciativa privada no campo entendeu que desmatar é negócio ruim. ECONOMIA / PÁG. B8

WASHINGTON NOVAES 1934-2020**Jornalismo ambiental perde seu pioneiro**

Washington Novaes passou pelas maiores redações do País, entre elas a do Estadão. POLÍTICA / PÁG. A10



Estadão PME
Cuidado com a fraude digital
Restaurante Mocotó
Zuma das vítimas de contas falsas no Instagram. ECONOMIA / PÁGS. B12 e B13

Messi avisa Barcelona que pretende sair

Craque argentino de 33 anos, há duas décadas no clube catalão, já comunicou seu desejo à diretoria e ao técnico Koeman, mas tem contrato até junho de 2021. ESPORTES / PÁG. A19

● **A pandemia no Brasil** (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	116.666
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	1.215
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	950
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	3.674.176
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	46.959
TOTAL DE RECUPERADOS*	2.848.395

*REPERTECO PRODUZIDO DA SAÚDE

NOTAS & INFORMAÇÕES**O capital em fuga**

A saída de capital pode ser sinal de sérios problemas, presentes ou prováveis. No Brasil ocorrem os dois casos, mas o governo olha para outro lado. PÁG. A3

Falta oposição

Não se vislumbra uma atuação política da oposição que alcance de fato o cidadão. PÁG. A3

Tempo em SP

8° Min. 22° Máx.



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.383

QUARTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2020

R\$ 5,00

Guedes vincula Renda Brasil de R\$ 300 a fim de dedução

Paulo Guedes (Economia) avisou a Jair Bolsonaro que o novo programa social do governo apenas terá benefício médio de R\$ 300 se as deduções do IR da pessoa física forem extintas.

Guedes apresentou propostas de parcelas de até R\$ 270 para o Renda Brasil; o presidente pressiona para que o valor seja de ao menos R\$ 300. Mercado A15

Presidente rebatiza o Minha Casa e reduz juros

A15

PAINEL**Daria domiciliar de novo a Queiroz, afirma Noronha**

Despedindo-se da presidência do STJ, João Otávio Noronha diz que voltaria a conceder o benefício a Fabricio Queiroz. "Quanto estão sendo investigados pela rachadinha? E só um está preso?" Poder A4



Marlene Bergamo/Folhapress

Frio em São Paulo ameaça 'cidade paralela' de sem-teto expostos ao vírus

Os moradores de rua Maicon e Daiane e o filho, Maicon, de dez meses, se protegem das baixas temperaturas em barraca no bairro Belenzinho. Cotidiano B4

Ilustrada B6

Música de Cardi B sobre lubrificação vaginal vira alvo de conservadores

Comida B10

Pandemia faz com que chefs de cozinha se reinventem e até reavaliam preços

Esporte B11

Messi comunica ao Barcelona que quer deixar o clube, dizem jornais estrangeiros

Folhinha B10

Bonecas negras ensinam respeito à diversidade e criam 'espelho positivo'

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	3,7 mil	116,7 mil
Ontem*	37,5 mil	950
Varição**	-13,8%	-5%

Estágio

Estável

Acelerado

Estável

Desacelerado

Reduzido

Estados com mais óbitos

Total

1º SP 28,9 mil

2º RJ 15,6 mil

3º CE 8,3 mil

Dados das 20h de 25 ago

*Média móvel de 7 dias

**Em relação a 14 dias

Situação nos municípios

Acelerado

Goiânia (GO)

Uberlândia (MG)

Aparecida de Goiânia (GO)

São José dos Campos (SP)

Estável

Brasília (DF)

Campinas (SP)

Curitiba (PR)

Belo Horizonte (MG)

Dados das 20h de 25 ago

*Média móvel de 7 dias

**Em relação a 14 dias

Metade das grandes cidades já retomou ritmo de trabalho

Fluxo se assemelha ao pré-Covid em 53% dos municípios, mas pandemia teve retrocesso somente em 43% deles

Metade das grandes cidades brasileiras retomou o movimento normal nos postos de trabalho. A pandemia do novo coronavírus, porém, só retrocedeu em 43% delas.

Em 171 (53%) dos 324 municípios acima de 100 mil habitantes, o fluxo de pessoas nos endereços profissionais na última semana era maior, igual ou até 10% menor do que antes da Covid-19.

Os números são fornecidos pelo Google, com base em dados anônimos de localização dos usuários.

Segundo o monitor da Folha que mede o avanço da doença pelos últimos 30 dias, 57% dessas cidades com aumento de circulação registraram alta aceleração de novos casos ou um número estável de diagnósticos, mas em um patamar elevado.

São Paulo, que no auge da quarentena, em março, reduziu o número de pessoas nos locais de trabalho em 60%, hoje tem queda de 25%.

Em comparação com outros países da América Latina, o Brasil apresenta atualmente um dos maiores índices de retorno ao emprego presencial, superior aos níveis de Argentina, Colômbia, México e Chile. Saúde B1

**RONALDINHO VOLTA AO BRASIL**

Jogador desembarca no Rio depois de passar quase seis meses preso no Paraguai por documentos falsos. Esporte B11

EUA têm 2ª noite de protestos após polícia atirar em negro

A11

Flávio Bolsonaro afirma ter o novo coronavírus, mas sem sintomas. A6

Bélgica e Holanda registram possíveis casos de reinfeção. B2

Rio de Janeiro vê diagnósticos e mortes por Covid subirem. B2

Morre Washington Novais, referência no jornalismo ambiental. B2

EDITORIAIS A2

A volta do emprego. Acerca de criação de vagas com carteira em julho.

Denúncia vazia. Sobre opacidade de relatório da pasta de Damascos.

Ilona Szabó

Violência infantil é silenciosa

Algozes sexuais das crianças são, na maioria, justamente quem deveria protegê-las: pais, irmãos, primos, amigos da família. A5

STJ suspende inquérito contra colunista da Folha

O ministro do STJ Jorge Mussi suspendeu o inquérito da PF aberto por determinação do ministro André Mendonça (Justiça) para investigar o colunista da Folha Hélio Schwartsman. Mussi concedeu liminar até o julgamento do habeas corpus. Poder A5

Desembargador que ofendeu guarda é afastado

O Conselho Nacional de Justiça abriu procedimento administrativo e afastou do cargo, em caráter cautelar, o desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira. Ele ofendeu uma guarda civil que lhe pediu para usar máscara, em Santos. Cotidiano B5

Conselho arquiva caso PowerPoint de Deltan

O Conselho Nacional do Ministério Público arquivou denúncia de Lula contra Deltan Dallagnol por ter usado PowerPoint para mostrá-lo como chefe de organização criminosa. A5

seminários.folha

A Saúde do Brasil

7ª edição

26 e 27 de agosto

Das 15h às 17h

Debate online sobre os desafios e o futuro da saúde brasileira no pós-pandemia.

folha.com.br/saudebrasil

Saiba mais na página A7

AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS 197.389.357

VISITANTES ÚNICOS 36.715.131



Product: O Globo PubDate: 26-08-2020 Zone: Nacional Edition: 1 Page: PAGINA_A User: Juniors Time: 08-25-2020 22:34 Color: R

De saída: Messi comunica ao Barcelona fim do seu ciclo PÁGINA 34

André Kfoury: Ruptura tem um só culpado, o presidente do clube PÁGINA 34

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2020 ANO XLVI - Nº 31.796 - PREÇO DESTA EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00

DE OLHO EM 2022

Programa de casa própria tem 'olhar especial' para Norte e Nordeste

Pedido é de Bolsonaro, diz Rogério Marinho; regiões terão juros mais baixos nos contratos

O presidente Bolsonaro lançou o Casa Verde e Amarela, programa habitacional voltado à baixa renda, com juros menores nas regiões Norte e Nordeste, onde ele busca ampliar sua popularidade. A previsão é que 1,6 milhão de famílias sejam beneficiadas em todo o país. O ministro do Desenvolvimento Regional, Ro-

gério Marinho, disse que Bolsonaro pediu um "olhar especial" para essas duas regiões, onde a faixa de renda atendida será mais ampla que em outras. O limite do valor dos imóveis foi aumentado para atrair a construção civil ao Norte e ao Nordeste, embora o déficit habitacional seja maior no Sudeste. PÁGINA 23

ANALÍTICO/RENATO ANDRADE
Cores novas para melhorar imagem de Bolsonaro PÁGINA 23

ELIO GASPARI
Por que Queiroz depositou R\$ 89 mil para Michelle? PÁGINA 3

MIRIAM LEITÃO
O efeito imediato das queimadas para a saúde humana PÁGINA 24

Fundeb vira lei, com R\$ 77 bi a mais para educação

Com 79 votos a favor, os senadores aprovaram por unanimidade a PEC do Fundeb, que será promulgada hoje. Ela estabelece o aumento da contribuição da União ao fundo de 10% para 2,3% em seis anos, o que proporcionará mais R\$ 77 bilhões para a educação básica ao fim do período. PÁGINA 15

Fim de abono é mais um impasse do Renda Brasil

O presidente Bolsonaro sinalizou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, não estar disposto a propor o fim do abono salarial para financiar o benefício que substituirá o Bolsa Família. O fim do abono, pago a trabalhadores que recebem até dois salários mínimos, teria resistências no Congresso. PÁGINA 10

DELAÇÃO DE JONESLEY
TRF-1 absolve Temer no caso da compra de silêncio de Cunha PÁGINA 10



As portas que se fecham na cidade

Cerca de 30 mil lojas sucumbiram à crise do novo coronavírus no Estado do Rio, entre janeiro e julho. No Centro, a sucessão de portas arriadas revela o pior semestre da História na capital, com queda de 27% em relação a 2019. Venda on-line é esperança de dias melhores. PÁGINA 18

Alta de óbitos atíca debate sobre situação da Covid no Rio

A distorção entre os números oficiais de mortes e o discurso de autoridades gera dúvidas sobre a situação da pandemia no Estado do Rio. O governo estadual e a prefeitura do Rio dizem

que os indicadores estão estáveis ou em queda e que a alta nos óbitos nos últimos dias deve-se à aplicação de novos parâmetros do Ministério da Saúde para diagnóstico da Covid-19. PÁGINA 17

CONTAGIADOS
3.674.176

MORTOS
116.666

Fonte: CONJUGIO DE VETORES DE IMPRESSÃO

Preso o quarto secretário estadual por desvios durante a pandemia

O secretário de Saúde do DF, Francisco Araújo, foi preso sob a suspeita de fraudar compras de teste de Covid. Secretários de Rio, AM e SC já haviam sido detidos na pandemia. PÁGINA 12

A OITAVA MARAVILHA DO MUNDO.

TIGGO 8

CADA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1801, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 20.913 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

Cúpula da Saúde do DF é presa em meio à pandemia da covid

Ed Alamy/CB/D.A. Press



Apontado pelo Ministério Público do Distrito Federal como "chefe de uma organização criminosa com poder letal", o secretário de Saúde, Francisco Araújo Filho (ao centro, na foto acima), teve prisão preventiva decretada pelo desembargador Humberto Adjuto Ulhôa, do TJDF. Além dele, mais seis pessoas foram detidas na segunda fase da Operação Falso Negativo, que investiga supostas irregularidades na compra de testes rápidos para a detecção da covid-19. De acordo com os investigadores, há "provas contundentes" de que Francisco comandava um esquema de direcionamento de contratos, envolvendo a cúpula da Secretaria de Saúde, que teria acarretado prejuízo de mais de R\$ 18 milhões aos cofres públicos. A eles são atribuídos fraude em licitações, lavagem de dinheiro, crime contra a ordem econômica (cartel), organização criminosa e corrupção ativa e passiva. Em nota, o governador Ibaneis Rocha declarou confiança na Justiça, mas criticou a atuação do MPDF: "O secretário de Saúde, Francisco Araújo Filho, e toda a sua equipe sempre estiveram à disposição das autoridades para esclarecer quaisquer fatos, mantendo abertos todos os processos na SES (Secretaria de Saúde), inclusive com acompanhamento on-line do Ministério Público, pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), comprovando a inexistência dos crimes de que estão, indevidamente, sendo acusados".

Mensagens do WhatsApp ajudaram nas investigações

DF registra 3.171 casos de covid, o maior em um dia

Após cura, 20 pessoas no país teriam tido reinfecção

PÁGINAS 6, 15 A 17 E EXO CAPITAL, 16

Guedes: fim de dedução do IR bancária beneficia

PÁGINA 7

Emprego

Mais postos de trabalho no DF

Reabertura do comércio é um dos motivos para a queda de 10,4% no total de desempregados.

PÁGINA 17

Futuro

Restaurantes debatem crise

Fortemente afetado pela pandemia, setor busca soluções em congresso on-line da Abrasel.

PÁGINA 8

Júlio Novais/CMSP



Um pioneiro da luta ambiental

Washington Novaes deixa legado na cobertura do meio ambiente e dos índios: jornalista morreu aos 86 anos. PÁGINA 18

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



O dever de vigiar o teto de gastos

No momento em que ministros de Bolsonaro defendem aumento dos investimentos públicos, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio Monteiro, lembra, em entrevista ao CB.Poder, que mudar as regras que estabelecem limite para as despesas do governo é atribuição do Congresso. PÁGINA 9

PowerPoint só rende críticas a Dallagnol

Conselho do Ministério Público arquiva ação movida por Lula que pedia punição ao chefe da força-tarefa da Lava-Jato. Conselheiros, no entanto, advertem procurador sobre excessos no caso.

PÁGINA 2

Fundeb com mais verba vira lei hoje

Congresso promulga, nesta quarta-feira, a PEC que torna permanente o Fundo da Educação Básica. Senado cobra melhor gestão dos recursos.

PÁGINA 5

Casa Verde e Amarela abre pacote social de Bolsonaro

PÁGINA 4



9 771808 266042

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .